

A Declaração *Nostra Aetate*: São Francisco e sua inspiração aos encontros inter-religiosos de Assis

The Declaration Nostra Aetate: Saint Francis and His Inspiration for the Interreligious Meetings of Assisi

Luiz Fernando Lima Rangel
Centro Universitário Internacional (UNINTER) - Brasil

Resumo

A reflexão teológico-histórica sobre o diálogo inter-religioso a partir da espiritualidade de São Francisco de Assis, em consonância com a Declaração *Nostra Aetate* do Concílio Vaticano II. Parte da experiência evangélica do santo de Assis, onde é marcado pela pobreza, fraternidade e paz. O encontro de São Francisco com o sultão Malik-al-Kamil, ocorrido durante as Cruzadas, é apresentado como um paradigma histórico e espiritual de abertura, respeito e escuta recíproca entre diferentes tradições religiosas. Reconhece na Declaração *Nostra Aetate* a presença de valores de verdade e santidade nas outras religiões e convoca os cristãos ao diálogo, à colaboração e à construção da paz fundamentada no respeito mútuo. Dessa forma, o estudo evidencia o caminho de reconciliação entre fé e cultura, espiritualidade e missão, inspirado pela experiência franciscana. Conclui-se que São Francisco de Assis, por sua atitude de fraternidade universal e por sua capacidade de reconhecer o rosto de Deus em toda criatura, constitui um modelo sempre atual para a vivência cristã do diálogo inter-religioso. Seu testemunho, iluminado pela *Nostra Aetate*, desafia a Igreja a continuar promovendo uma cultura de paz, de encontro e de respeito no mundo plural e globalizado.

Abstract

This theological-historical reflection approaches interreligious dialogue through the spirituality of Saint Francis of Assisi, in consonance with the *Nostra Aetate* Declaration of the Second Vatican Council. It departs from the evangelical experience of the Saint of Assisi, whose life was marked by poverty, fraternity, and peace. The encounter between Saint Francis and Sultan Malik al-Kamil, which took place during the Crusades, is presented as a historical and spiritual paradigm of openness, respect, and mutual listening among different religious traditions. The *Nostra Aetate* Declaration recognizes the presence of values of truth and holiness in other religions and calls Christians to dialogue, collaboration, and the construction of peace grounded in mutual respect. In this way, the study highlights the path of reconciliation between faith and culture, spirituality and mission, inspired by the Franciscan experience. It concludes that Saint Francis of Assisi, through his attitude of universal fraternity and his capacity to recognize the face of God in every creature, remains a timeless model for the Christian practice of interreligious dialogue. His witness, enlightened by *Nostra Aetate*, challenges the Church to continue promoting a culture of peace, encounter, and respect in a pluralistic and globalized world.

Palavras-chave

São Francisco de Assis.
Nostra Aetate.
Diálogo inter-religioso.
Concílio Vaticano II.
Fraternidade universal.

Keywords

Saint Francis of Assisi.
Nostra Aetate.
Interreligious dialogue.
Second Vatican Council.
Universal fraternity.

Introdução

O Evangelho é a origem da conversão de São Francisco de Assis. Através da escuta atenta da Sagrada Escritura — especialmente nas leituras proclamadas nas celebrações eucarísticas — Francisco descobre o chamado radical de Cristo. Ele rompe com o modelo de vida burguesa, despoja-se de todos os bens e decide seguir o Cristo pobre e humilde, reconhecendo-o como o verdadeiro Senhor de sua vida.

A pobreza evangélica torna-se o elemento central da espiritualidade franciscana. Amando a pobreza, Francisco contempla as criaturas e as louva, chamando-as de irmãs. Nessa experiência espiritual, ele estabelece um diálogo profundo em dimensão antropológica, que integra Deus e o ser humano. Assim, o amor à criatura marca a espiritualidade que brota do Evangelho e se traduz em caridade fraterna.

Renunciando a todo sucesso e à busca por bens materiais, Francisco procura reconstruir espaços existenciais, testemunhando sua espiritualidade e unindo fé e vida, em profunda vivência de fraternidade. A dinâmica de “sair de si” — tão presente em sua Regra e enraizada no próprio Evangelho — traduz-se no imperativo de encontrar o outro, superar as barreiras do pecado e abrir-se ao caminho contínuo da conversão. São Francisco torna-se, desse modo, exemplo de autêntica conversão e de diálogo com todas as criaturas.

Neste artigo, abordamos um dos episódios mais significativos do itinerário espiritual de São Francisco de Assis: o encontro com o sultão do Egito, Malek al-Kamel, no século XIII. Tal acontecimento revela a sensibilidade de Francisco diante das religiões não cristãs e sua disposição para estabelecer diálogo com o diferente. Em um contexto histórico marcado por guerras e cruzadas, ele rompe com o modelo eclesial dominante e inaugura um novo modo de servir. Francisco torna-se, assim, promotor da caridade e da unidade, mesmo entre aqueles que não partilhavam da mesma fé: abraça o irmão e reconhece o Cristo.

A atitude profética ilumina o espírito da Declaração *Nostra Aetate* convidando ao respeito e à “relação fraterna com as religiões não cristãs” (NA, n. 1). No contexto do Concílio Vaticano II, ao reafirmar a importância do

diálogo inter-religioso e da fraternidade entre os povos, reconhecemos em São Francisco um modelo paradigmático de abertura e reconciliação.

Essa herança espiritual inspira as iniciativas dos encontros de Assis, iniciadas em 1986, por São João Paulo II, posteriormente reforçadas por Bento XVI e retomadas com novo vigor pelo Papa Francisco. Tais encontros expressam, de modo concreto, o ideal conciliar de diálogo e comunhão universal, manifestando a continuidade da missão eclesial de promover a paz e o entendimento entre os povos.

Neste artigo, aprofunda-se a espiritualidade franciscana e, a partir dela, observamos os traços antropológicos e teológicos capazes de sustentar uma cultura de diálogo entre as religiões, em fidelidade ao Evangelho e em sintonia com o espírito do Concílio Vaticano II. Apresenta-se, assim, uma proposta fundamentada no respeito mútuo e na construção da humanidade reconciliada, respeitando as diversas heranças espirituais e religiosas.

A declaração *Nostra Aetate* como fonte de diálogo

A Declaração *Nostra Aetate* aprovada e promulgada no Concílio Vaticano II (1962-1965) pelo Papa Paulo VI, representa um marco na relação da Igreja Católica com as religiões não cristãs, apresentando o avanço dialogal, ao reconhecer os valores antropológicos presentes nestas religiões. Nesta proposta, a Igreja busca ter o cuidado e reprovava “toda e qualquer discriminação ou violência prática por motivos de raça ou cor, condição ou religião” (NA, n. 5). Reafirma-se, ainda, o direito de professar a fé publicamente, desaprovando quaisquer formas de perseguição, seja por parte da Igreja, seja por outra instituição. A *Nostra Aetate* apresenta inspirações e percepções aos “direitos humanos à luz da fé e que respeite cada um em suas particularidades e em seus direitos” (Coelho, 2018, p. 107). Portanto, a Igreja é chamada a “[...] dar testemunho comum de nossa comunhão em nosso Senhor Jesus Cristo” (Kasper, 2013, p.102).

Na Declaração encontra-se “um dos documentos mais inovadores do Vaticano II” (Faggioli, 03 de Nov. de 2015), tanto pelo conteúdo quanto pela abordagem pastoral adotada. Sua linguagem evidencia os “[...] motivos teológicos e políticos, tanto internos como externos à Igreja” (Faggioli, 03 de

Nov. de 2015), fomentando uma melhor relação da Igreja a religiões não cristãs e em especial ao judaísmo.

Embora outros documentos conciliares tratem do tema religioso e das relações inter-religiosas, a *Nostra Aetate*, de forma particular, distingue-se por apresentar não apenas menções pontuais aos judeus, mas explicações detalhadas de outras religiões que permitem a melhor compreensão das pessoas em relação às religiões mencionadas. Em particular, o documento dedica atenção aos judeus:

E embora a Igreja seja o novo Povo de Deus, nem por isso os judeus devem ser apresentados como reprovados por Deus e malditos, como se tal coisa se concluísse da Sagrada Escritura. Procurem todos, por isso, evitar que, tanto na catequese como na pregação da palavra de Deus, se ensine seja o que for que não esteja conforme com a verdade evangélica e com o espírito de Cristo (NA, n. 4).

Outro dado importante é a eclesiologia descrita no texto. O documento é parte dos textos do Concílio Vaticano II, portanto, expressa de forma interna e externa a fé em sentido de “[...] unidade e sua legítima pluralidade” (Kasper, 2013, p. 95). Percebemos que no “[...] o diálogo é o conceito-chave do Concílio” (Kasper, 2013, p. 96). Assim, as diversas expressões religiosas devem avançar em uma linguagem que comunique a pacificidade, sem ofensas e críticas. Estes avanços serão progressivos e constantes, na medida da mudança e no espírito do Concílio, que serão refletidos nos diversos grupos da Igreja. Os líderes devem manter-se coordenados e zelar pelo cuidado, transformando a Declaração em norma de vida, superando toda a divisão e formas tendenciosas de exclusão por denominação religiosa.

Destaca-se, ainda, neste tempo hodierno, o crescimento das religiões advindas da região do Oriente para o Ocidente. Este fenômeno foi impulsionado pela forte influência da tecnologia, da globalização e dos fluxos migratórios, resultando em mudanças significativas nas culturas e nas religiões e suas relações com as pessoas, dando do lugar que a recebe, mas também pelo fato de saírem de seus lugares de origem. As comunidades oriundas de regiões do Oriente estabeleceram-se em territórios ocidentais, devido também aos fluxos migratórios, com deslocamentos das pessoas. Nestes

espaços se mantiveram a identidade e a cultura, mesmo em um espaço diferente, o que, por vezes, gerou incompreensão mútua.

O avanço quantitativo das religiões não cristãs nestes espaços, antes de maioria cristãs, contribuiu para o surgimento de leis e condutas genocidas; gerando perseguições e violência, mesmo de maneira silenciosa. Isso provocou medo e desconfiança tanto por parte dos adeptos, das diversas culturas, quanto da sociedade que os acolhe, gerando medo e desconfiança, com acusações preconceituosas.

Também é percebido que o número de judeus tem fortalecido sua terra neste momento. E é cada vez menor a saída destes para outros lugares, apesar de serem espalhados grande parte de sua população nos tempos de perseguições, como por exemplo na Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, vemos o caso dos muçulmanos aumentando sua população de convertidos, fora dos solos árabes, tendo o crescimento acentuado de pessoas fora de seus grupos étnicos. Estes dados foram informados por *National Catholic Reporter*, pesquisa por *Pew Research Center*, divulgada no ano de 2024:

O estudo descobriu que os muçulmanos representam 29% da população migrante, mas 25% da população mundial. Os judeus, apenas 0,2% da população mundial, mas 1% dos migrantes, são de longe o grupo religioso com maior probabilidade de ter migrado, com 20% dos judeus em todo o mundo vivendo fora de seu país de nascimento, em comparação com apenas 6% dos cristãos e 4% dos muçulmanos.

A releitura da Declaração *Nostra Aetate*, após 60 anos de sua promulgação, justifica-se por sua capacidade de apresentar ao mundo um diálogo que renova e enfrenta as diversas crises religiosas. Estas atrapalham o diálogo e a paz, provocando diversos outros conflitos, de ordem política, econômica e até mesmo relacionados ao acesso à saúde. A Igreja, por meio dessa declaração, deseja fomentar, neste tempo de revisitação, o fortalecimento das relações fraternas, recordando que a vocação fundamental da humanidade é convite à esperança e à fraternidade universal.

O avanço da unidade convoca as diversas culturas e povos a tornarem-se um só povo, conforme o desígnio de Deus, formando uma “única comunidade” (NA, n. 1). Nessa comunidade, somos todos chamados à mesma origem, semelhantes uns aos outros. Em comunhão integral, sendo assim

“formados como gênero humano” (NA, n. 1). Essa essência humana, proveniente de Deus, desperta em nós a consciência do pertencimento comum, de modo que, apesar das diferenças entre indivíduos e grupos, todos participamos da mesma humanidade. Tal realidade gera um vínculo fraterno, no qual a unidade e pluralidade coexistem: embora distintos. Somos formados da mesma essência divina, chamados a viver como seres humanos em comunhão.

A Declaração não aborda diretamente o axioma *extra Ecclesiam nulla salus* (“fora da Igreja não há salvação”); contudo, levanta o questionamento acerca dos desafios de alcançar e habitar a pátria celeste, a qual é concedida pela “providência” divina (NA, n. 1). Ao fazê-lo, apresenta-nos diversas interrogações que aprofundam a reflexão existencial sobre o sentido, o valor e o objetivo da religião:

Que é o pecado? donde provém o sofrimento, e para que serve? qual o caminho para alcançar a felicidade verdadeira? que é a morte, o juízo e a retribuição depois da morte? finalmente, que mistério último e inefável envolve a nossa existência, do qual vimos e para onde vamos? (NA, n. 1).

Os textos conciliares consideram a graça de Deus e a obediência a Ele como critérios fundamentais para a via da salvação. Isso, porém, não significa que o Concílio desconsidere a participação das religiões no desígnio salvífico de Deus. O Concílio Vaticano II evitou estabelecer uma distinção rígida entre uma via “ordinária” de salvação — associada apenas à Igreja Católica — e “vias extraordinárias”, que, de algum modo, permanecem unidas a Cristo. Assim, o Concílio reafirma que é Cristo quem salva, sendo Ele o mediador universal da salvação. O cristão participa dessa graça por meio de sua inserção e comunhão na Igreja, na fé e na obediência à vontade divina. Contudo, o Concílio não desconsidera a presença dos chamados “cristãos anônimos”: pessoas que, mesmo sem conhecer explicitamente o Cristo em termos doutrinários, vivem segundo os critérios evangélicos da caridade, do amor ao próximo, da paz e da cordialidade, cooperando, portanto, com a ação salvífica de Deus no mundo.

A Revelação em Cristo constitui o núcleo da fé cristã e fomenta o respeito às pessoas e crê que todos nós temos em si a Lei natural que nos faz

da essência de Deus. O diálogo inter-religioso, longe de enfraquecer a missão salvífica de Cristo, revela-se como expressão de respeito, sobretudo diante daqueles que ainda não conhecem a revelação cristã. Nesse contexto, o Concílio Vaticano II reforça a centralidade de Cristo na vida dos fiéis, na experiência dos sacramentos e na vivência pessoal da fé, orientando a convivência humana na unidade e solidariedade entre os povos.

Todavia, verifica-se uma clara preocupação eclesiológica de comunhão, aliada a uma dimensão ecumênica, avançando em questões concretas que auxiliam no discernimento de encontros com religiosos não cristãos e com cristãos de outras tradições. Esse movimento pós-conciliar exige uma tarefa séria e permanente por parte dos agentes evangelizadores, responsáveis por diversos processos e atribuições, não podendo ser reduzido a uma mera função ou a um momento passageiro de entusiasmo. Dessa forma, a Igreja demonstra profunda consciência pastoral e busca a fidelidade à missão evangelizadora.

O diálogo inter-religioso é o elemento principal da Declaração, em que temos como dinâmica a paz e a unidade, fortalecendo o conhecimento entre as diversas religiões. Este movimento ecumênico sugere-nos a igualdade entre as pessoas, resultante da solidariedade e do respeito, características antropológicas do sujeito e atitudes fundamentais “[...] do ethos teológicos” (Coelho, 2018, p.103). Este caminho só será possível se as diversas expressões religiosas forem livres de preconceitos e violências. Portanto, tornam-se necessários a alteridade, a livre expressão e o respeito como elementos essenciais na construção da convivência fraterna.

Portanto, a Declaração *Nostra Aetate* apresenta orientações tanto pastorais, teológicas e antropológicas, respondendo à fé cristã católica por meio da unidade e do diálogo, mesmo diante das diferenças entre as religiões. A Igreja Católica reconhece, de forma respeitosa e caridosa, as religiões não cristãs, como o Hinduísmo, o Budismo, o Islã e o Judaísmo, conforme explicitado no documento. Desse modo, a Declaração promove o diálogo, a fraternidade e o respeito entre os povos, reafirmando o compromisso com a unidade, sem perder a fidelidade à fé cristã.

O Evangelho como fonte de unidade

A reflexão do Evangelho é a principal motivação de Francisco de Assis para a mudança de atitude. Depois do período das Cruzadas, no qual esteve como cavaleiro defendendo sua cidade e, em seguida, foi feito prisioneiro e na prisão teve sua primeira experiência de conversão, ao achar o texto do Evangelho. As palavras lidas o transformam; ele se despoja de tudo, construindo o seu interior no encontro com o Senhor, que o inspira a uma nova busca de sentido à sua vida. Nesse momento, Francisco, em seu íntimo, compromete-se a ser fiel ao Senhor.

O jovem convertido Francisco, depois de “sofrido processo de busca, fez seu encontro definitivo com o Evangelho” (Uribe, 2007, p. 14). Segundo a tradição, no dia 24 de fevereiro de 1209, “durante a missa que se celebrava na Igreja da Porciúncula, escutou as palavras com as que Jesus enviava os discípulos a pregar (Mt 10,7-12)” (Uribe, 2007, p. 14). Essas palavras foram reveladoras e o fizeram responder de imediato: “Isto é o que eu quero, isto é o que busco, isto é o que no mais íntimo do coração anseio pôr em prática” (1Cel. 22,3). Este seria o primeiro passo para a inspiração da Regra. Além desse motivo, temos ainda a conquista da permissão para pregar a Palavra, reservada aos que o papa liberava previamente; assim, “a pregação foi o motivo que levou Francisco e seus seguidores a irem ao papa” (Accrocca, 2012, p. 16).

A Regra de vida nasce da revelação divina a São Francisco em “viver o Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo” (Boaventura, 2008, p. 7) - mesmo com pouco tempo de compreensão dessa inspiração divina, percebe-se nas pequenas atitudes pessoais e comunitárias da vida comum que “o núcleo central é o Evangelho de Jesus Cristo” (Boaventura, 2008, p. 7). Portanto, a Regra inspirada pelo Evangelho vem regular esta nova forma de vida, ao mesmo modo dos apóstolos de Cristo, oferecendo uma compreensão do movimento nascente em obediência à Igreja e para os tempos futuros da Ordem.

A vida religiosa desejada por São Francisco foi sendo desenvolvida na construção de um “estatuto”, em estrutura primitiva dada ao primeiro grupo

de companheiros, a fim de que pudesse, a partir da Igreja, corresponder em obediência aos anseios da pregação e do testemunho ao Evangelho. Então, as primeiras intenções de Francisco, tendo como “parâmetro o Evangelho” (Boaventura, 2008, p. 16), configuraram uma verdadeira forma *minurium*, também chamada protorregra.

No ano de 1209, a Regra foi aprovada oralmente pelo papa Inocêncio III, concedendo ao movimento a permissão de viver o ideal da inspiração de Francisco. Este texto não foi encontrado, mas sabemos de sua existência a partir do Testamento de São Francisco, nos tempos finais de sua vida: “E eu o fiz escrever com simplicidade e com poucas palavras e o Senhor Papa me confirmou” (Test., 15). No Testamento, “Francisco trazia a história futura da Ordem e olhava a fraternidade [como] o caminho interior sendo parte de um projeto de Deus” (Accrocca, 2012, p. 13) Nesta constatação, percebemos que o Testamento deixado por São Francisco é um escrito místico, em que retrata os últimos momentos de vida e afirma a necessidade, bem como a postura esperada dos frades em relação à Regra.

Na luta contra o Islã, particularmente no contexto da Espanha medieval, encontra-se um relato significativo em uma carta dirigida, em 1063, pelo papa Alexandre II ao arcebispo de Narbonne. Conforme analisa André Vauchez, essa correspondência legitima a luta armada em defesa dos cristãos contra os sarracenos, atribuindo-lhe um valor religioso específico (Vauchez, 1995, p. 61). Nesse texto, o derramamento de sangue é apresentado como algo útil à Igreja, sendo compreendido como uma forma de satisfação penitencial. Essas práticas, somadas às formas tradicionais, como a esmola ou as peregrinações, revelam um momento de transição na teologia moral medieval, no qual a violência armada, quando orientada à defesa da fé e da cristandade, passa a ser integrada ao horizonte penitencial e salvífico da Igreja. Identifica-se, nesse contexto, a busca pelo ideal de santidade, embora tal ideal estivesse profundamente tensionado por práticas violentas justificadas em nome da fé.

O Papa Gregório VII pediu reforços, como fora traído pelos reis, ele apelou aos senhores e simples fiéis para que, com a espada, defendessem a

Igreja, nascendo assim as Cruzadas. Eles procuravam então restaurar a Igreja com uma “preponderância maciça da espiritualidade monástica que, para além do mundo dos religiosos, influenciou profundamente a sociedade cristã em seu conjunto” (Vauchez, 1995, p.62). No ano de 1095, a pedido do papa Urbano II, os fiéis dirigem-se à Terra Santa, com a proposta da reforma Gregoriana, procurando conquistar aquelas terras e, ao mesmo tempo, impregnar uma nova religiosidade.

As Cruzadas, no contexto da Idade Média, tinham o objetivo de conquistar lugares e pessoas para a vida na Igreja. Elas promoviam a espiritualidade de uma nova forma religiosa e motivavam os pobres a defender a Igreja, como nos mostra André Vauchez:

[...] na perspectiva de uma história da espiritualidade medieval, as Cruzadas nos interessam menos em seu desenrolar histórico do que como testemunho do aparecimento de uma nova religiosidade. Por trás da aristocracia que, graças a elas, encontrou um modo de inserção específica na Igreja, perfilava-se a massa dos pobres e dos indivíduos sem armas. Entre eles, muitos eram aqueles que aspiravam a uma vida religiosa autêntica, e que se recusavam a limitar-se a um papel puramente instrumental. Dessa tensão entre as solicitações de um evangelismo popular, atizado pela reforma gregoriana, e a atitude dos clérigos que tendiam a fazer do sagrado o seu apanágio, nasceram no século XII problemas e movimentos espirituais de um novo tipo (Vauchez, 1995, p. 64).

No século XI, com a multiplicação de paróquias rurais e urbanas e as mudanças na forma do entendimento da vida religiosa, a difusão do ideal apostólico foi sendo incentivada entre os eremitas e os pregadores, fomentando a motivação dos leigos em abraçar esta forma missionária de expandir a fé. Nesta perspectiva, aconteceu o sucesso dos apelos à Cruzada lançados por Urbano II junto à sociedade medieval. As Cruzadas tinham como objetivos defender os cristãos do Oriente e a libertação do túmulo de Cristo. O pedido de Urbano II, atendido por vários homens e mulheres, levou a plebe a sair em massa - por sofrimento e amor a Deus - para lutar nas Cruzadas.

A Cruzada tinha valor de penitência para aqueles que a realizavam, ficava “totalmente redimida depois de expiada” (Vauchez, 1995, p. 92) a

alma, portanto, o objetivo da Igreja era diferente daquele do povo, que estava mais interessado em “ganhar a indulgência da cruzada do que na esperança de que a libertação do Santo Sepulcro inaugurasse uma nova era na história da Igreja e do mundo” (Vauchez, 1995, p. 92). A Cruzada, para aqueles que a combatiam, tinha uma expressão de combate ao mal, do anticristo, e era então necessário contrapor com a resistência armada, se preciso, à conversão a Cristo.

O povo plebeu assumiu o trabalho de missionários, agindo de forma violenta para garantir acesso à salvação, justificando tal atrocidade pela implantação do Reino de Deus, a garantia dos lugares santos e para afastar as heresias da Igreja. Desta maneira, a Cruzada abria ao Ocidente um entendimento novo sobre a espiritualidade, um conjunto de atividades coerentes, resultando em uma forte devoção a Cristo, com uma característica de libertação individual do pecado, de forma penitencial que levava a dimensões messiânicas - “o cruzado ganhava o céu, por assim dizer, com a força dos punhos” (Vauchez, 1995, p. 93).

As Cruzadas assumiram um papel importante na vida da Igreja durante os séculos XI-XII, com um entendimento da vida religiosa na radicalidade, afetando diversos grupos no seu contexto histórico. Houve quatro Cruzadas entre os anos 1096 e 1204. Após esses anos, as Cruzadas foram perdendo seu potencial e os que estavam nelas inseridos voltaram às suas vidas comuns. Porém, sem empregos, sem dinheiro e com falta de liberdade.

Os conflitos eram gerados pelo desejo de ter um clero mais pobre e apostólico e que tivesse o estilo de vida baseado nos preceitos evangélicos deixado por Cristo, pois esta seria a condição fundamental para o desempenho missionário da Igreja. Assim, “prevalecia a ideia de que a Igreja só poderia ser fiel à sua missão voltando à pobreza evangélica, cuja prática permitiria não cair na contradição entre o ideal e a realidade vivida” (Vauchez, 1995, p. 95).

No ano de 1215, Francisco, em Roma, encontra-se com o papa Inocêncio III - antes estivera com ele no ano de 1212. Neste mesmo ano acontecia o Concílio de Latrão, convocado em 19 de abril de 1213. Nesses dois anos de Sínodo, tivemos a discussão dos seguintes temas: “a libertação da

Terra Santa através da cruzada e a reforma da Igreja” (Polidoro, 2015, p. 116), uma preocupação sempre forte no entendimento do pontífice. Houve uma forte participação, reunindo “seguramente 412 bispos [...] vários delegados de reinos, repúblicas e cidades, havia cerca de 800 pessoas” (Polidoro, 2015, p. 116).

As sessões do Concílio aconteceram de diversas maneiras, algumas audiências foram públicas e outras privadas, todas bem-organizadas e aprovando importantes ações, como as relativas à Cruzada e as relações entre os ortodoxos gregos e a clareza da fé católica. A Cruzada foi a principal decisão, iniciada em “1º de junho de 1217, com a concentração dos exércitos na Sicília, de onde partiram por via marítima” (Polidoro, 2015, p. 117).

Neste período, marcado pela incidência de vários grupos religiosos, alguns levados à heresia, havia grande preocupação em defender a Igreja. O Cânon legislava acerca da questão da doutrina em relação a novas formas de vida religiosa, sobretudo contra os problemas dos hereges:

Para que uma desmesurada variedade de ordens religiosas não provoque uma grave confusão na Igreja de Deus, proibimos formalmente a fundação de novas ordens. Quem quiser se tornar monge, deverá entrar numa ordem aprovada. Igualmente, quem quiser fundar uma nova casa religiosa deverá aceitar a Regra e a organização de ordens já aprovadas. (Cânon XIII) (Polidoro, 2015, p. 118).

Francisco estava em Roma, mas não há na história registros que indiquem o encontro de Francisco com o papa neste período. Sabe-se, porém, historicamente, que ele desejava contribuir com a Igreja na Cruzada, conduzindo sua vocação nesta disposição, “Francisco retoma seu velho desejo: ir aos infiéis, convertê-los ou sofrer o martírio” (Le Goff, J., 2021, p. 83). O desejo inicial do carisma deixado por São Francisco teve início na sua conversão inicial: o discernimento da estrutura da Ordem. Desta forma, conduzido pelo Altíssimo, chamava os companheiros a estarem “separados” dos outros e, assim, viver a forma de vida junto aos pobres. Por isto, a espiritualidade missionária deveria ser uma característica entre os frades, saindo de seu convento, precisavam sempre estar atentos aos mais

necessitados e, concomitantemente, havia a necessidade de prover o serviço evangelizador da Igreja.

Francisco, com zelo apostólico e promotor dos valores da Igreja, inusitado pela história de sua época, se entusiasma com as Cruzadas convocadas pelo papa, a fim de reaver a Terra Santa, e resolve, com o coração aberto ao Senhor, primeiro navegar para a região da Síria, “no sexto ano de sua conversão” (1Cel. 55,2). Esse desejo nasce no Capítulo de 1217 e abre a Ordem à dimensão missionária. Neste entendimento, cumpre o desejo de pregar a fé cristã e a penitência entre os sarracenos - porém, soprando os ventos contrários, “foi parar com os outros navegantes na Eslavônia” (1Cel. 55,3). O projeto não deu certo e ficou adiado por dois anos. Francisco só conseguiu realizá-lo em 1219.

Em Ancona, em 24 de junho de 1219, movido pelo Cristo pobre e crucificado, Francisco assistiu à tomada de Damietta “pelos cruzados a 5 de novembro, desgostou-se com o comportamento cúvido e sanguinário dos cruzados, conseguiu uma entrevista com o sultão Malik Al-Kamil, da qual nada resultou, foi à Palestina onde provavelmente visitou os Lugares Santos” (Le Goff, 2021, p. 83). Este encontro, marcado pelo diálogo entre esses dois homens, deu início à presença dos franciscanos na Terra Santa e permanece até hoje, com o estilo e a espiritualidade do carisma, uma Custódia que é presença missionária para cuidar dos lugares santos.

Francisco abraçou a Senhora Pobreza. Viveu a fraternidade com os pobres. A Regra não bulada já se falava sobre o cuidado dos pobres e a Regra bulada confirmava essa dedicação. A visita ao sultão Malik Al-Kamil mostrou diálogo e desejo de paz.

O encontro interreligioso de Assis

O encontro inter-religioso em Assis, convocado por São João Paulo II, em 27 de outubro de 1986, mostra pontos importantes para serem refletidos neste tempo moderno, tais como a unidade, a busca pela paz e o diálogo entre as religiões. O encontro mostrou o respeito à cultura e às religiões, inspirando outros encontros que foram chamados a partir destes de “Encontro

Mundial de Oração pela Paz”, sendo continuados por outros pontífices. A inspiração vem especialmente da Declaração *Nostra Aetate* (1965), que abriu a Igreja ao diálogo com outras tradições religiosas. E, conseqüentemente, as diversas aberturas do Concílio, em especial a *Gaudium et Spes* (1965), que destaca a responsabilidade dos cristãos diante dos dramas da humanidade, exercendo a caridade e transformando diversas dimensões em que participam os seres humanos. Tais encontros mobilizaram a unidade e a oração.

O Papa João Paulo II fomentou uma espiritualidade de comunhão e reconciliação, destacando o perdão, tendo como via principal a paz. O desejo da paz é suscitado entre os líderes religiosos, testemunhando no encontro a força de promover uma vivência de fé e fraternidade. Dessa comunhão nasce o verdadeiro fruto da paz, dom de Deus confiado à humanidade. Portanto, o principal legado do encontro de Assis é o desejo dos líderes religiosos de se unirem, testemunhando a paz. Este desejo também fora visto em outros pontífices, como em Papa Francisco, como nos mostra a seguinte declaração:

Devemos primeiro ser capazes de aplicar a fraternidade humana entre nós, antes de procurar fazer isso no mundo! Existe um espírito de família entre nós. Em cada reunião, um dos membros, um rabino, chega com presentes para os meus filhos (Priol, 04 Mar. 2020).

A ética religiosa evidenciada no Encontro de Assis em 1986, inaugurou uma nova percepção da fé e testemunho da religião. Essa experiência inspirou outros momentos históricos e, resultou em uma forma de relacionar a religião, sendo fonte das dimensões antropológicas e sociais, gerando “[...] bem-estar da humanidade e a paz do mundo” (Coelho, 2018, p. 107). Assim, percebe-se, de modo concreto, que os frutos da oração se expressam nas diversas ações, as quais orientam o ser humano à convivência e ao respeito da dignidade humana. Portanto, o encontro de Assis testemunha a unidade e a vontade ao desejo da paz: destacando os de 1993, 2002, 2011 e 2022, procurando manter o mesmo espírito reconciliador.

A escolha de Assis é de grande relevância. Percebemos o contraste entre o Santo de Assis, homem da paz e fraternidade, e, o mundo com a rejeição, a perseguição e a guerra entre as religiões, gerando

consequentemente a desconfiança e a perseguição. Por isso, a cidade de Assis indica o sentido místico e prático, reconciliando a humanidade com Cristo e com os diversos outros seres humanos. Este lugar serviu-se como cenário para repensar a paz e a origem da fraternidade universal vinda do amor de Deus. É importante perceber que o encontro de Assis acontece em um período histórico conturbado:

Lembremos que o encontro de 1986 em Assis se deu enquanto a Guerra Fria ainda estava em curso, e veremos que a ideia de orar pela paz não era simplesmente um gesto piedoso, mas um gesto com uma significação política mundial real (Allen Jr., 14 de set. de 2016).

João Paulo II insistiu que “a paz não pode permanecer como palavra vazia, mas deve se concretizar em gestos de fraternidade” (João Paulo II, 27 de out. de 1986). Este encontro tornou-se referência em outros momentos da Igreja, sendo vivido pela experiência mística de Francisco de Assis, em unidade, fraternidade, representando a unidade, a paz e o diálogo entre as religiões. O Papa João Paulo II ressaltou o valor e a essência da religião: “É dever da maioria das religiões ensinar o respeito à consciência, o amor ao próximo, a justiça, o perdão, o autocontrole, a liberdade das criaturas, a oração e a meditação”. Assis é onde se celebra a pobreza, a justiça e o valor ao próximo. Nesse cenário de beleza natural e arquitetônica, a Igreja quis expressar ao mundo o diálogo desejado com as religiões não-cristãs, reafirmando, em 1986, após 21 anos da declaração *Nostra Aetate*: “a Igreja Católica espera estabelecer o diálogo com outras religiões”.

O encontro de 1986 gerou frutos duradouros. Em 2002, diante do cenário de novos conflitos internacionais, João Paulo II convocou novamente os líderes religiosos a Assis, estabelecendo oficialmente o Dia de Oração pela Paz. Nesse contexto, o Papa apresentou São Francisco como modelo universal de reconciliação e fraternidade, reconhecido não apenas pela Igreja, mas também por homens e mulheres de diversas tradições, ecoando o ensinamento de que “tudo o que é verdadeiro e santo nas religiões deve ser respeitado e acolhido” (NA, n. 2).

Considerações finais

A Declaração *Nostra Aetate* (1965), promulgada pelo Papa Paulo VI no contexto do Concílio Vaticano II, revela-se como uma forte ligação com um mundo profundamente marcado pela fragmentação religiosa. Essa realidade não se restringe a aquele momento histórico, mas até hoje trás reflexões, pois, percebemos um mundo marcado por tensões, e, estas em muitos casos, resultados de uma prática religiosa. Estes são resultados de diversos conflitos que não promovem a construção da paz. Ao propor a releitura da Declaração, retornamos ao projeto universal de Deus, no qual o ser humano é conduzido à salvação. Este desígnio divino fundamenta-se na convicção de que todos os povos, raças, culturas e denominações religiosas formam uma única comunidade, chamados a viver em diálogo pela caridade e fraternidade.

Cristo ultrapassa os limites culturais e religiosos do seu tempo para anunciar o Evangelho, construindo diálogos entre a Igreja, seus líderes e novos. Nesse sentido, o testemunho de São Francisco de Assis destaca-se como expressão concreta desse espírito evangélico: ao encontrar-se com o sultão Al-Malik al-Kamil, no Egito, o santo rompeu com os esquemas de intolerância e distância entre cristãos e muçulmanos, inaugurando um caminho de respeito mútuo e aproximação espiritual. Seu gesto profético antecipa, de certo modo, as orientações da *Nostra Aetate*, pois testemunha que o diálogo nasce de uma fé amadurecida na humildade e na fraternidade universal.

A trajetória pastoral da *Nostra Aetate* encontra continuidade no testemunho da Igreja contemporânea, especialmente nos encontros inter-religiosos promovidos em Assis, inspirados em São Francisco e incentivados por São João Paulo II. Esses eventos refletem a consciência de uma Igreja em saída, cujo foco é o diálogo e a promoção de uma cultura de paz e de compreensão mútua. O respeito e o testemunho cristão tornam-se centrais para o entendimento da paz.

Esses encontros foram significativos ao longo da história recente da Igreja e foram continuados por seus sucessores, como Bento XVI e Francisco, tornando-se momentos de oração e diálogo pela paz. Nessas ocasiões, foi possível dialogar com o mundo e demonstrar, por meio de líderes de diversas tradições religiosas, o compromisso com a paz e o desejo de pôr fim aos

conflitos em nome da religião. Dessa forma, o diálogo inter-religioso não se apresenta apenas como uma exigência pastoral, mas como uma dimensão essencial da fé cristã, enraizada nas virtudes teologais da caridade, fé e esperança.

Referências

ACCROCCA, Felice. Un Cantiere aperto - “Travagli redazionali delle Regole ‘di’ Francesco”. In: MARANESI, P.; ACCROCCA, Felice. (orgs.). *La Regra di Frate Francesco*. Eredità e Sfida. Padova: Francescane, 2012

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2006.

BOAVENTURA, São. *Exposição Sobre a Regra dos Frades Menores*. Trad. Plácido Robert; Dorvalino Fassini. Porto Alegre: Evangraf, 2008.

CELANO, Tomás de. Primeira Vida de São Francisco (1Cel). In: FASSINI, Dorvalino (org./trad.). *Fontes Franciscanas*. Mensageiro de Santo Antônio: Santo André, 2005.

COELHO, Mario Marcelo. Recuperar a solidariedade e o respeito. In: ZACHARIAS, Ronaldo; MILLEN, Maria Inês (orgs.). *Ética Teológica e Direitos*. Aparecida: Santuário, 2020, p. 95-116.

FAGGIOLI, Massimo. *Nostra Aetate* após 50 anos: História, e não só memória, do Vaticano II, *IHU online*, 03 de Nov. de 2015. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/548516-nostra-aetate-apos-50-anos-historia-e-nao-so-memoria-do-vaticano-ii>>. Acesso em: 20 de Out. de 2025.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Trad.: Marcos de Castro. São Paulo: Record, 2021.

ALLEN JR., John L. Encontro inter-religioso do Papa em Assis pertence a uma revolução em curso. *IHU online*, 16 set 2016. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/560164-encontro-inter-religioso-do-papa-em-assis-pertence-a-uma-revolucao-em-curso>>. Acesso em: 20 de Out. de 2025.

KASPER, Walter. *La Iglesia de Jesus Cristo*. Escritos de eclesiologia. 1. Obras Completas. Trad. José Lozano; Gotor Perona; Ramón Afonso Díez Aragón. Santander: Sal Terrae, 2013.

PEW RESEARCH CENTER. Uma pesquisa do Centro de Pesquisa Pew sobre religiosidade nas democracias ocidentais. Nos Estados Unidos, mais de metade da população reza diariamente. *IHU online*, 06 de Ago. de 2018. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/78-noticias/581526-uma-pesquisa-do-centro-de-pesquisa-pew-sobre-religiosidade-nas-democracias-ocidentais-nos-estados-unidos-mais-de-metade-da-populacao-reza-diariamente>. Acesso em: 20 de Out. de 2025.

PAULO VI. *Declaração Nostra Aetate*. Vaticano: Tipografia Vaticana, 1965.

PAULO VI. *Constituição Dogmática Lumen Getium*. Vaticano: Tipografia Vaticana, 1965.

POLIDORO, Gian Maria. *Francisco de Assis*. Trad. Emilio Rocha. Assis: Edizioni Porziuncola, 2015.

SACRUM Commercium. In: FASSINI, Dorvalino Francisco (org.). *Fontes Franciscanas*. Santo André: Mensageiro de Santo Antônio, 2005, p.867-899.

URIBE, Fernando. *La Regla de San Francisco*. Letra y espíritu. Murcia: Editorial Espigas, 2007.

VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental - Séculos VIII a XIII*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

JOÃO PAULO II, Papa. *Discurso aos representantes das confissões e das comunidades cristãs em Assis*. 27 de Out. de 1986. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/it/speeches/1986/october/documents/hf_jp-ii_spe_19861027_prayer-peace-assisi-final.html. Acesso em: 14 de Dezembro de 2020.

JOÃO PAULO II. *Discurso aos participantes no “Dia de Oração pela Paz” em Assis*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/january/documents/hf_jp-ii_spe_20020124_discorso-assisi.html. Disponível em: 14 de Dezembro de 2020.

PRIOL, M. L., Documento sobre a Fraternidade Humana: um instrumento para combater o fundamentalismo. *IHU online*, 04 de Mar. de 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/596775-documento-sobre-a-fraternidade-humana-um-instrumento-para-combater-o-fundamentalismo>. Acesso em: 20 de Out. de 2025.

TESTAMENTO. In: FASSINI, Dorvalino Francisco (Org.), *Fontes Franciscanas*. Santo André: Mensageiro de Santo Antônio, 2005, p.81-85.

Trabalho submetido em 25/10/2025.

Aceito em 09/12/2025.

Luiz Fernando Lima Rangel

Doutor em Teologia (Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2024). Mestre em Teologia (Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2017). Graduado em Teologia e Filosofia (Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0128-1217>. E-mail: freiluzfernando@hotmail.com